

## *Apresentação*

Há dez anos atrás foi publicado o primeiro volume da Revista Nupeart, composto por textos produzidos para o Ciclo de Palestras realizado em 2001, oferecido a professores atuantes na Educação Básica e, por relatos de experiências docentes e artísticas, escritos por professores e estudantes do CEART. Com a mesma finalidade, de promover o encontro entre os estudos acadêmicos e as práticas artísticas pedagógicas em espaços de ensino e aprendizagem, apresento mais um volume, dividido em duas seções: Artigos e Relatos.

No primeiro artigo, “Apreciação musical e envolvimento: um estudo sob a perspectiva da Teoria do Fluxo”, as autoras Mariana Stocchero e Rosane Cardoso de Araújo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), discutem sobre a motivação das crianças em atividades de apreciação musical propostas e desenvolvidas em sala de aula. O estudo foi realizado com uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola particular da cidade de Curitiba. Trabalhos como este têm trazido avanços para a área de educação musical, uma vez que tratam de temas pouco explorados como, por exemplo, a motivação nas aulas de música em contexto escolar. Ainda que seja um micro estudo realizado durante algumas aulas de apenas uma turma a contribuição teórica apresentada é fundamental para os professores de música atuantes na escola básica.

Juliana Lhullier Borghetti, professora de música das

Escolas Básicas Municipais Dilma Lúcia dos Santos e João Gonçalves Pinheiro, na cidade de Florianópolis, analisa a situação do ensino de música nas escolas municipais da capital Catarinense. A autora realizou entrevistas com professores de música e traçou um panorama das relações entre a legislação, os textos dos documentos oficiais que regem a educação e a educação musical nos âmbitos federal e municipal e a prática pedagógico musical dos professores. Pesquisas como esta têm sido levadas a cabo, principalmente, após a aprovação da Lei 11.769/2008, que alterou o artigo 26 da LDB 9.394/1996, instituindo a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, nos currículos do ensino básico.

Os fatos que vem ocorrendo desde a Sanção Presidencial, em 18 de outubro de 2008, da Lei 11.769, são contados por Felipe Radicetti no texto seguinte. O autor nos brinda com um relato extremamente importante para a história da educação musical brasileira sobre a campanha “Quero Educação Musical na Escola”, iniciada em 2008. Em associação com outras entidades do setor como, por exemplo, o Núcleo Independente de Músicos (NIM), o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), em parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, estabeleceu uma pauta política para discutir o ensino de música no Congresso. Felipe, criador e membro de ambos os grupos, tem sido um ativista político fundamental em defesa da música nas escolas.

As experiências de ensino de teatro em uma escola pública com adolescentes foram registradas, analisadas e refletidas por Wellington Menegaz, professor do Curso de Teatro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). As etapas durante o processo de criação do espetáculo “Sol Ardente e Depois Daquela Viagem” são descritas no texto, como: as assembleias, o processo colaborativo, a narração e improvisação de histórias, a busca pelo tema, a formação dos grupos, a criação do roteiro e a composição das cenas. Vale a pena conferir, pois um trabalho como este deveria estar presente nas escolas a fim de possibilitar e valorizar a expressão, a cultura, os problemas sociais, os desejos dos jovens.

A professora Mônica Zewe Uriarte e o acadêmico Thales de Godoi Nunes, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), compartilham o trabalho desenvolvido no programa de extensão universitária intitulado “Articulando a Educação Musical em Projetos de Assistência Social”. Esse programa vem ocorrendo desde 2007 no Centro de Referência de Assistência Social da cidade de Itajaí, proporcionando aos estudantes do curso de Licenciatura em Música um espaço de atuação profissional. Este ano o projeto teve como foco o estudo de violão para adolescentes entre 11 e 13 anos de idade. Assim, como destacado no texto do professor Wellington, da UFU, questões sociais, culturais e econômicas foram determinantes também no trabalho de Mônica e Thales, principalmente, na escolha do repertório e nos procedimentos metodológicos adotados.

Desejo uma ótima leitura!

*Teresa Mateiro*  
*Editora*